



**PUC
GOIÁS**



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LETÍCIA COSTA JORGE

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS NA COOPERATIVA COMIGO

**GOIÂNIA
2020**

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS NA COOPERATIVA COMIGO*

ANALYSIS OF FINANCIAL INDICATORS IN THE COOPERATIVE WITH ME

Letícia Costa Jorge**

Jediel Teixeira Mendes***

RESUMO: A escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso surgiu do interesse em ampliar os conhecimentos sobre as demonstrações contábeis que permite conhecer a saúde financeira e econômica da empresa, tornando-se fundamental nas decisões relativo aos diversos usuários e em todas as linhas da organização. Este trabalho teve a finalidade de conhecer a relevância dos Índices Financeiros para os associados da Cooperativa Comigo no período de 2017 a 2019. Para se alcançar tal objetivo foi necessária a verificação desses índices por meio das demonstrações contábeis. Para finalização deste estudo foi realizado levantamento bibliográfico e descritivo a respeito dos temas e foram coletados dados da cooperativa para cálculo dos indicadores financeiros e econômicos. A pesquisa foi documental com a utilização de dados fornecida por fontes primárias, ou seja, pela própria empresa e abordagem qualitativa. Um ponto muito importante para a escolha do tema foi tentar identificar pela demonstração contábil a fiabilidade do sistema. É certo que nesse ramo de atividade os cooperados assumem junto a Cooperativo possível compromisso que pode vir a ocorrer, tipo a falência. Se tratando da Comigo, observou-se uma evolução em seus números em relação aos anos a serem analisados.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativa. Demonstrações Contábeis. Indicadores Financeiros.

ABSTRACT: *The choice of the theme for this completion of course work arose from the interest in expanding the knowledge about the financial statements that allows to know the financial and economic health of the company, becoming fundamental in decisions related to different users and in all lines of organization. this paper work had the purpose of knowing the relevance of the financial indexes for the members of Cooperative Comigo in the period from 2017 to 2019. to achieve this objective, it was necessary to verify these indexes by means of accounting. to complete this study, a bibliographic and descriptive survey was carried out on the themes and data were collected from the cooperative to calculate financial and economic indicators. the research was documentary with the use of data provided by primary sources, that is,*

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação do Prof. Jediel Teixeira Mendes.

** Bacharelando em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-010. E-mail: lcjorge.agro@hotmail.com.

*** Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Av. Universitária, 1440 - Setor Leste Universitário, Goiânia - GO, 74605-010. E-mail: jediel@pucgoias.edu.br

by the company itself and a qualitative approach. a very important point for choosing the theme was to try to identify the reliability of the system by the financial statement. it is certain that in this line of activity the cooperative members assume with the Cooperative a possible commitment that may occur, such as bankruptcy. in the case of Comigo, there was an evolution in their numbers in relation to the years to be analyzed.

KEY WORDS: *Cooperative; Accounting demonstrations; Financial Indicators.*

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a definição da OCB, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca ajustar o mundo de forma equilibrada, simples e que traz oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.

A gestão de indicadores financeiros das organizações, com ou sem fins lucrativos, depende de forma ampla, das boas práticas econômicas, da busca pelo melhoramento dos recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros objetivando tornar-se competitiva. A Cooperativa Comigo apresenta de forma adequada todos os seus dados contábeis, com apresentações de planilhas dos dados econômico-financeiros. Com base nestas informações o movimento cooperativista teve início com o objetivo de instruir da melhor forma os produtores rurais, sendo suas atividades sem fins lucrativos.

Diante disso, o presente estudo tem Terá como objetivo verificar por meio das Demonstrações Contábeis da empresa Comigo a relevância dos Índices Financeiros para os seus cooperados no período de 2017 a 2019. Tendo como problema de pesquisa a seguinte questão: qual a relevância dos Índices Financeiros para os cooperados filiados a Comigo no período de 2017 a 2019. Seu objetivo verificar por meio das Demonstrações Contábeis da empresa Comigo a relevância dos Índices Financeiros para os seus cooperados no período de 2017 a 2019.

A Cooperativa é a junção de classes sociais diversas, essa união se dá por um objetivo comum, com a formação de uma organização democrática com os

desígnios econômicos e sociais comuns a todos, assumindo de forma igualitária os riscos e benefícios (COOPAGRÍCOLA, 1962; RECH, 2000, p. 22).

De acordo com Rech (2000, p. 28), a cooperativa trabalha para o crescimento da sua comunidade, mediante políticas definidas por seus associados, de forma sustentável. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2018), elas contribuem para manter o agricultor ativo com seu trabalho no campo, estimulando-os a comercialização de seus produtos e provendo serviços a seus cooperados.

Portanto, este trabalho justifica-se na área acadêmica para o auxílio de conhecimentos sobre sistemas de custos, gestão e análise de balanço na Cooperativa Comigo. Ainda no contexto acadêmico, o assunto sobre análise das demonstrações contábeis foi estudado, porém, estudos sobre a visão das cooperativas não foram abordados, e este estudo trará um conhecimento sobre o tema, para aqueles que tiverem interesse sobre o assunto. Na área prática, busca evidenciar as atribuições da contabilidade para o cooperativismo, mostrando como a cooperativa no ramo agropecuário utiliza as demonstrações contábeis como ferramentas de gestão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será abordado o referencial teórico que está dividido em quatro partes. No primeiro tópico serão tratados os conceitos do agronegócio. No segundo tópico discute-se o conceito de cooperativas. No terceiro tópico, serão apresentados sobre as demonstrações contábeis. E, no quarto tópico, demonstram-se os índices financeiros e econômicos utilizados na cooperativa apresentada.

2.1 AGRONEGÓCIO

A contabilidade rural é um ramo da contabilidade aplicada que se utiliza dos conceitos e da metodologia contábil para mensurar o patrimônio e o resultado. Portanto, não se trata de uma nova contabilidade, mas de um segmento da

contabilidade geral. A contabilidade de agronegócio, como um todo, geralmente, envolve atividades que vão desde a oferta de insumos, passando pelos segmentos dentro da porteira e abrangendo a pós-porteira (agroindústria, distribuição, varejo etc.) (OLIVEIRA, 2017; p. 44).

O conceito de agronegócio vem do inglês agribusiness, proposto por Davis e Goldberg, em 1957 (SENAR, 2015). Para Araújo (2003, p. 28) o conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição e consumo dos produtos agropecuários “*in natura*” ou industrializados.

O conceito de agribusiness passou a ser difundido no Brasil somente a partir da década de 1980; e foi apenas a partir da década de 1990 que a tradução do termo para o português (agronegócio) passou a ser aceita e utilizada no país (ARAÚJO, 2007, p. 17).

Segundo Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2007; p. 4) o agronegócio é a soma de todas as cadeias produtivas desde a produção e distribuição de insumos até a comercialização de alimentos, fibras e energia. Portanto, é um conjunto de atividades que está intimamente ligado a todos os setores da economia e da sociedade.

O agronegócio é responsável por metade das exportações brasileiras e por mais de um quinto do PIB do país (EXAME, 2017), Oliveira (2018, p. 44). O agronegócio brasileiro, na última década, tem representado cerca de um quinto do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Especificamente, a agropecuária representa um quarto do PIB do agronegócio, sendo chamado de setor ‘dentro da porteira’ que movimenta todo o agronegócio a montante e a jusante da produção.

O agronegócio é um assunto que anda predominando todo o país, devido à atuação de uma entidade criada com o propósito de levantar, divulgar e, principalmente, buscar influenciar os níveis e as instituições de governo na concepção e efetuação de políticas destinadas a alavancar, melhorar e mesmo resguardar os recursos materiais e humanos envolvidos nos diferentes agronegócios (RAMOS, 2007; p. 42).

2.2 COOPERATIVAS

Para Krueger (2004, p. 5), o princípio básico para a constituição de cooperativas está pautado na existência de uma necessidade comum de um grupo de pessoas. União constituída com o objetivo de defender questões colocadas à disposição do grupo de economias individuais (capital social) para viabilizar a obtenção de serviços indispensáveis à consecução de suas atividades.

O movimento cooperativista teve início na Inglaterra, no século XIX, com a intensificação da luta dos trabalhadores, durante o movimento cartista, em pleno regime de economia liberal, com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (Rochdale Society of Equitable Pioneers), em 1844 (POLONIO, 1999, p. 22; RECH, 2000, p. 9).

De acordo com o Art. 1º e 3º da Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971) compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público e também celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Existem as mais variadas classificações e tipos de cooperativas, podendo ser classificadas por sua natureza, variedade de funções e nível de organização. Quanto à natureza, trata-se de distinguir as cooperativas de acordo com as atividades que desenvolvem em relação aos seus sócios, já as variedades de funções as cooperativas são distinguidas de acordo com a quantidade de setores ou produtos a que se dedicam e o nível de organização é uma definição prevista pela lei, que visa permitir uma estrutura de representação cooperativista (RECH, 2000, p. 35, 36, 37).

Os ramos do cooperativismo são o de transporte, saúde, trabalho, produção de bens e serviços, infraestrutura, crédito, consumo e agropecuário, sendo essa a mais comum no Brasil e tem como objetivo organizar as atividades econômicas e sociais dos seus sócios, produtores rurais, integrando-as, orientando-as e colocando à disposição deles uma série de serviços (SESCOOP; RECH, 2000, p.40).

De acordo com a SOBER (2008, p. 12), a formação de cooperativas rurais serve como base para o aumento da renda dos agricultores desta forma irão se interessar mais pelo ramo rural, conseqüentemente os problemas sociais das cidades, como o aumento do número de favelas, marginalização e o desemprego começam a se tornarem menores. Daí a importância do desenvolvimento das cooperativas na zona rural, como forma de política econômica e social visando reduzir as mazelas sociais no campo e na cidade.

2.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Contabilidade é uma ciência social que estuda e controla o patrimônio de entidades, fornecendo informações para tomadas de decisões dentro e fora das empresas (MARION, 2009; p. 28), já para Ribeiro (2010, p. 5), a contabilidade é a ciência que se preocupa com a identificação, mensuração, informação e mudanças ocorridas e dos recursos destinadas à determinada entidade. Seu objetivo é demonstrar a situação econômica, financeira e física das empresas, de modo a satisfazer as necessidades dos usuários para tomadas de decisão.

Segundo Assaf Neto (2010; p. 35) a análise das demonstrações contábeis, objetiva expor informações baseadas no que as empresas fornecem a posição econômico-financeira atual, as causas determinantes da evolução apresentada e as tendências futuras. Lunelli (2018, p. 8) afirma que a análise das Demonstrações Contábeis se constitui num processo de meditação sobre os mesmos, objetivando uma avaliação da situação da empresa em seus aspectos Econômicos, Patrimoniais e Financeiros.

A análise das demonstrações financeiras é basicamente o estudo do desempenho econômico e financeiro de uma empresa em determinado período passado, para diagnosticar, quesitos de sua posição atual a fim de prever tendências futuras (DINIZ, 2015, p. 27).

A análise financeira de demonstrativos contábeis é de grande utilidade quando se busca uma boa administração, servindo de base, também, para tomada de decisões na empresa. Quanto mais informações retiradas das demonstrações, maior a disponibilidade de elaborar um planejamento financeiro, abrindo portas à

empresa de créditos aos bancos, competitividade em relação a seus concorrentes e contribuir para um melhor desenvolvimento e crescimento econômico da organização (GITMAN 2008 p. 42).

2.3.1 ATIVO

Ativo é uma conta de patrimônio, que lista o conjunto de bens e direitos de uma entidade como também estão os recursos passados e futuros o qual se espera resultados financeiros futuros.

2.3.1.1 ATIVO CIRCULANTE

De acordo com a Lei 6404/76 Art. 179, o ativo circulante é composto por bens e direitos, que fazem parte do patrimônio. As disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

2.3.1.2 ESTOQUES

Segundo Fleury e Figueiredo (2006; p. 38), os estoques representam capital investido, lançado no ativo da empresa para serem bem administrado e vendido, onde as perdas mais comuns são quando as datas de validade se expiram e até mesmo roubo e fraudes cometidas na empresa através do estoque.

2.3.1.3 REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

De acordo com a lei 6.4064/76, o ativo realizável em longo prazo são os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

2.3.1.4 IMOBILIZADO

Diniz (2015, p. 47) o imobilizado abrange todos os bens tangíveis e direitos que se aplicam ao funcionamento normal de uma organização. Costumeiramente, esses ativos são de longo prazo e com o passar do tempo passam por mudanças físicas ou tecnológicas. Para efeito de avaliação do imobilizado, deve ser subtraído um valor que corresponda à perda de seu valor em função de uso, tempo, desgaste, redução da vida útil. Para este valor se dar o nome de depreciação. Pode-se citar como exemplos de imobilizados: máquinas e equipamentos que fazem parte da operação principal da empresa, computadores, instalações, ar condicionado, veículos, etc.

2.3.2 PASSIVO

O passivo representa todas as origens de recursos decorrentes de obrigações com terceiros, também conhecido como passivo exigível ou capital de terceiro, nessa conta está especificado todas as dívidas da empresa de curto e de longo prazo, essas obrigações sempre exigirão ativos para a quitação das contas.

2.3.2.1 PASSIVO CIRCULANTE

No passivo circulante são classificadas as contas que representam as obrigações do qual os vencimentos ocorram no exercício seguinte (RIBEIRO 2018 p. 58). As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte e no passivo exigível em longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, conforme Lei 6404/76 Art. 180.

2.3.2.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

São escrituradas as obrigações da entidade, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante, quando se vencerem após o

exercício seguinte. Normalmente tais obrigações correspondem a valores exigíveis a partir do 13º mês seguinte ao do exercício social.

2.3.2.3 EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

A variável Exigível em longo prazo caracteriza a existência de origens ou aplicações de recursos de longo prazo nas atividades operacionais da empresa. Se o saldo for positivo, significa que existem recursos de terceiros de longo prazo financiando as atividades operacionais da empresa. Se o saldo for negativo, existem aplicações de longo prazo exigindo recursos para financiá-las (BASE, 2006, p. 142). Podem ser descritas nesse subgrupo todas as contas que a empresa receberá no longo prazo, sendo este prazo superior a um ano, tendo como exemplos: as vendas feitas a prazo para clientes que só irão ser recebidas no longo prazo e os demais valores a receber oriundo das demais transações efetuadas pela organização, que se transformarão em dinheiro em longo prazo (DINIZ, 2015, p. 47).

2.3.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para RAUSP (2005, p. 49) Patrimônio Líquido Legal — é a soma do capital, das reservas, dos lucros acumulados e dos resultados de exercícios futuros menos a soma do capital a integralizar, das ações em tesouraria e dos prejuízos acumulados, sem considerar os efeitos da inflação.

O patrimônio líquido é representado pela diferença entre o total do ativo e do passivo exigível (passivo circulante + passivo não circulante). Trazendo uma explicação mais resumida, pode-se dizer que o patrimônio líquido representa o volume de recursos financeiros investidos na organização por seus acionistas ou sócios (DINIZ, 2015, p. 49).

2.4 INDICADORES FINANCEIROS E ECONÔMICOS

Para Padoveze (2000, p. 147) o objetivo básico dos indicadores econômico financeiros é evidenciar a posição atual da empresa, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer no futuro, com a empresa, caso aquela situação detectada pelos indicadores tenha sequência. Ainda para Padoveze (2000, p. 147) os indicadores econômico-financeiros são cálculos realizados a partir das contas do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de resultados, possuindo dados que podem ser interpretados para tomadas de decisões. Um analista deve levar em conta não somente o resultado, mas também todo o histórico da organização, assim adquire o bom senso na tomada de decisão da concessão de crédito ou outros fatos.

Marion (2002; p. 36) define os Índices como sendo relações que estabelecem entre duas grandezas, facilitando sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes, por si só.

De acordo com Diniz (2015, p. 28), não existe uma maneira única para se realizar uma análise de demonstração financeira de uma empresa, a maneira que os indicadores são analisados é particular de quem faz a análise, sobressaindo-se, além do conhecimento técnico, à experiência da própria instituição pelo analista.

Índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis que tem por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações contábeis. (SILVA, 2005, p. 248).

Buscando auxiliar o processo de avaliação patrimonial e do desempenho da companhia, o analista vale-se de uma série de cálculos matemáticos, traduzindo os demonstrativos contábeis em indicadores de análise financeira. Esses indicadores buscam também evidenciar as características das principais integrações existentes entre a situação apresentada pelo balanço e a dinâmica operacional da empresa representada pela demonstração de resultados (KUHN, 2012, p. 11).

Após abordarem a importância dos indicadores financeiros, Garrison, Noreen e Brewer (2011, p. 636), citam que os índices não devem ser vistos como um fim, mas como um ponto de partida. Por isso, para se avaliar determinada entidade, é necessário adotar padrões de comparação.

A análise por meio de índices é realizada de acordo com o conhecimento e a experiência adquirida pelos analistas de mercado. Nem sempre, os analistas se utilizam dos mesmos índices para analisar as demonstrações financeiras divulgadas (ASSAF NETO, 2012). Para Miranda et al. (2003), enquanto a literatura tem mostrado que, no passado, as empresas tomavam decisões baseadas apenas em informações financeiras, obtidas da contabilidade das empresas, atualmente, a tomada de decisão envolve um maior número de variáveis, exigindo dos gestores uma grande preocupação com indicadores como: satisfação de clientes, qualidade dos produtos, participação no mercado, retenção de clientes, fidelidade dos clientes, inovação e habilidades estratégicas.

O objetivo do gestor financeiro na sociedade cooperativa está voltado para a maximização do retorno para os cooperados, que pode se dar de uma forma direta, através do aumento de sua renda, ou indiretamente, mediante a redução de riscos e/ou custos (ENDE, 2015, p. 17).

2.4.1 INDICES DE LIQUIDEZ

Para Assaf Neto (2012, p. 176) os indicadores de liquidez, evidenciam a situação financeira de uma empresa frente a seus diversos compromissos financeiros. Ainda, Silva (2010, p. 134) diz que o estudo da liquidez, por sua vez, é avaliar o grau de solvência da empresa, ou seja, a capacidade financeira de quitar suas dívidas. Quanto maiores esses índices, melhor a avaliação da empresa.

Para Marion (2012, p. 75) indicadores de liquidez, são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

É importante ressaltar que uma situação de boa liquidez não significa que a empresa irá possuir fluxo de caixa disponível para pagamentos em dia, mas sim que ela possui uma relação entre possibilidade de transformação dos recursos financeiros em dinheiro (DINIZ, 2015, p. 118).

Esses indicadores buscam evidenciar a condição da empresa de saldar suas dívidas e de sua estrutura de endividamento. São indicadores extraídos apenas do balanço patrimonial, razão por que são considerados indicadores estáticos. Quer dizer que no momento seguinte esses indicadores serão alterados (PADOVEZE, 2000, p.150).

2.4.1.1 LIQUIDEZ CORRENTE

Para Bruni (2011, p. 126) liquidez corrente é um indicador de solvência no curto prazo, demonstra a capacidade quitar pagamentos, correspondendo a um índice do tipo quanto maior, melhor. Quando sobra de recursos que estiverem aplicados na empresa como capital de giro, menor a evidência de insolvência da empresa no curto prazo.

Liquidez corrente indica quanto à empresa possui em dinheiro, mais bens e direitos realizáveis no curto prazo (próximo exercício), comparado com suas dívidas a serem pagas no mesmo período. Interpretação desse índice é “quanto maior, melhor”, mantidos constantes os demais fatores. Este índice é o mais conhecido justamente porque mede a saúde financeira de curto prazo das empresas. Como medida isolada, porém, não se pode afirmar que a liquidez corrente é boa ou ruim, pois tudo depende do tipo de atividade da empresa e especialmente do seu ciclo financeiro (KUNH; LAMPERT, 2012, p. 62).

Segundo Matarazzo (2010, apud, Diniz, 2015, p.119), liquidez corrente demonstra a capacidade de geração de recursos para o pagamento das dívidas da empresa no curto prazo, quanto maior for o ciclo operacional de uma empresa, maior será a necessidade de um elevado índice de liquidez corrente. O índice apresentado é calculado da seguinte maneira:

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

LC = Liquidez Corrente

AC = Ativo circulante

PC = Passivo Circulante

De acordo com Santos e Vieira (2005, p.52) este índice indica às vezes em que os ativos de curto prazo são capazes de revestir o passivo de curto prazo, e serve como indicador da solvência da empresa no curto prazo.

2.4.1.2 LIQUIDEZ SECA

Lunelli (2018, p. 68) diz que a Liquidez Seca é um indicador um pouco mais inflexível que a Liquidez Corrente, no sentido de que a exclusão dos estoques transforma a parcela restante do ativo apenas em valores recebíveis, considerando que nada mais será comercializado pela empresa. A questão central deste indicador está na análise da capacidade de realização dos estoques, por isso não há um claro referencial para o cálculo. Assim, uma empresa onde os estoques predominantes são os de produtos em processo, tem sua realização mais demorada do que uma empresa comercial que normalmente tem estoque de mercadorias com grande facilidade de venda e alta rotatividade.

A Liquidez Seca indica quanto à empresa possui em disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras de curto prazo e duplicatas a receber, para fazer frente ante ao seu passivo circulante (KUNH; LAMPERT, 2012, p. 63).

Quando a empresa apresenta uma rotatividade pequena do estoque, é interessante que se utilize o índice de liquidez seca para avaliar a capacidade de pagamento, considerando uma má gestão quando se trata das compras dos materiais (SANTOS, 2010, apud, MARTINS et al. 2016, p. 4). O Índice é calculado da seguinte maneira:

$$LS = AC - Est / PC$$

Onde:

LS = Liquidez seca

AC = Ativo Circulante

Est = Estoques

PC = Passivo Circulante

Para Bruni (2014, p.131), a análise do índice deveria ser feita de forma comparativa e integralizada, devido o índice de liquidez seca ser um índice do tipo quanto maior, melhor.

2.4.1.3 LIQUIDEZ GERAL

Por meio da Liquidez Geral é possível verificar se os recursos financeiros aplicados no ativo circulante e no ativo realizável em longo prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais. A explicação desse quociente deve ser direcionada a verificar se a empresa tem solidez financeira suficiente para cobrir os compromissos de curto e de longo prazo assumidos com terceiros (DUARTE, 2015, p. 46).

Para Lunelli (2018, p. 69) a Liquidez Geral objetiva verificar a capacidade de pagamento, no entanto, analisa agora as condições totais dos valores a receber e a realizar em confronto com os valores a pagar, considerando tanto os valores de curto como os de longo prazo. No mesmo seguimento, Kunh e Lampert (2012, p. 64) indica quanto à empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer frente as suas dívidas totais. O índice de liquidez geral é um indicador que subentende que, se a empresa fosse cessar suas atividades naquele momento, deveria pagar suas dívidas com seu dinheiro (disponibilidades) mais seus realizáveis.

Kunh (2012, p.17) diz que a liquidez geral acontece quanto uma empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer frente as suas dívidas totais. O índice em questão é definido através da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

Onde:

LG = Liquidez geral

AC = Ativo circulante

RLP = Realizável à longo prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo não Circulante

Este índice demonstra que, quando maior for o seu valor, mais confortável será a situação financeira da empresa. (VIEIRA; SANTOS, 2005, p. 54).

2.4.2 INDICE DE ENDIVIDAMENTO

A finalidade deste indicador é medir a estrutura de financiamento da empresa. O número resultante evidencia o reflexo das políticas de desenvolvimento financeiro utilizadas pela empresa e o financiamento do capital de giro ao final de cada período. É assim, um parâmetro de garantia dos credores. Em outras palavras, significa quanto à empresa tem de capital de giro próprio para garantir as dívidas contratadas e os financiamentos, por isso o confronto dos valores a pagar é realizado diretamente com o patrimônio líquido da sociedade (LUNELLI, 2018, p. 70).

Para Kunh (2012, p. 24), os índices de estrutura e endividamento decorrem das decisões estratégicas da empresa, relacionadas às decisões financeiras de investimento, financiamento e distribuição de dividendos. Relacionam as fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição dos capitais de terceiros em relação ao capital próprio (PL). Estes indicadores são utilizados para medir a proporção de capital próprio e de capital de terceiros existentes no passivo da empresa, portanto, por seu intermédio, é que se aprecia o grau de endividamento apresentado.

O objetivo dessa análise é avaliar a proporção de recursos próprios e de terceiros mantidos pela organização, a dependência apresentada por dívidas de curto prazo, a natureza de suas obrigações financeiras e seu risco financeiro (DINIZ, 2015, p. 72).

O índice de composição do endividamento explica que quanto maior a dívida, pior é para a empresa, mantidos constantes os demais fatores. Isso quer dizer que, se a empresa tem muitas dívidas para pagar em curto prazo, também terá bastante pressão para gerar recursos e honrar seus compromissos (KUNH, 2012, p. 27). O índice em questão é definido através da seguinte fórmula:

$$CE = PC / (PC+PNC) \times 100$$

Onde:

CE = Composição do endividamento

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

De acordo com Cadore (2012, p.5), a análise do endividamento deve ser feita com finalidade de descobrir a quantidade de obrigações em curto prazo que a empresa deve honrar.

2.4.2.1 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

A Composição do endividamento é também um índice da estrutura de capitais e indica a percentagem de dívidas de curto prazo em relação às dívidas totais e quanto menor, melhor, apresentados pela fórmula: $\text{Passivo Circulante} \times 100 / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$ (MATARAZZO, 1992).

2.4.3 INDICE DE RENTABILIDADE

Kunh (2012, p. 16) diz que a Rentabilidade expressa à melhoria da remuneração sobre o capital investido pelos acionistas, ou a maximização da riqueza dos proprietários. O sucesso sempre é julgado pelo valor da empresa.

O grupo de indicadores de lucratividade e rentabilidade permiti analisar as taxas de retorno obtidas pela empresa sob diversos aspectos. De modo geral, quanto maior, melhor (PERES JUNIOR; BEGALLI, 2015, p. 325).

Segundo Diniz (2015, p. 124) os índices de rentabilidade demonstram os resultados financeiros de determinada empresa, medindo, dessa forma, o retorno alcançado. A análise desses índices é muito importante, pois a rentabilidade é vista amplamente como o principal objetivo de uma empresa. Ainda, Diniz (2015, p.125) diz que a análise da rentabilidade serve amplamente como parâmetro comparativo, pois é uma medida associada a qualquer tipo de investimento. Desta forma, a viabilidade do negócio pode ser analisada sob a ótica da rentabilidade, além disso, os índices de rentabilidade procuram relacionar medidas que demonstrem a

formação do resultado da empresa, no intuito de facilitar a tomada de decisão sobre o desempenho da organização. Os índices de retorno ou rentabilidade mostram, segundo Matarazzo (1998), a rentabilidade dos capitais investidos e o grau de êxito econômico da empresa.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a efetivação deste trabalho, foi necessário definir os procedimentos metodológicos que serão adotados, visto que este tem o intuito principal de aquisição do conhecimento.

Quanto à abordagem, será realizado um levantamento descritivo, que para Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 52), as pesquisas descritivas são realizadas por meio de observação de fatos que foram registrados, analisados, classificados e interpretados, porém, sem que o pesquisador interfira sobre cada um deles, ou seja, são fenômenos estudados, porém não manipulados.

A estratégia de pesquisa e técnica de coleta deste estudo é documental, pois segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 174), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Dando continuidade a estratégia de pesquisa e técnica, também será utilizado o estudo bibliográfico, pois para os demais tipos de pesquisas também será necessário à utilização deste tipo de estudo por necessitarem de um referencial teórico. O levantamento bibliográfico é um resumo geral sobre os principais documentos e trabalhos realizados a respeito do tema escolhido, que por sua vez, foram abordados anteriormente por outros pesquisadores (PRODANOV; FREITAS, 2013; p. 60 e 80).

No que se refere à abordagem de avaliação, este estudo classifica-se como qualitativo. O estudo qualitativo refere-se, a abordagem de manipulação de

dados buscando seu significado, e mesmo com a importância da estrutura metodológica de forma sólida não se pode eximir a engenhosidade do pesquisador (GIL, 2008; p. 177). De acordo com Silva (2005, p. 20) a pesquisa qualitativa tem uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, uma ligação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não se traduz em números. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

3.1. COLETA DE DADOS

Os dados apresentados neste trabalho foram coletados no site da própria Cooperativa Comigo, onde é apresentado o relatório de balanço de todo o comparativo com o ano anterior.

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO) foi fundada em 06 de Julho de 1975 no município de Rio Verde no estado de Goiás por 50 produtores rurais a mudar o perfil da agropecuária regional, formando novos conceitos de produção e de comercialização. Incentivou o uso de insumos modernos, de tecnologias inovadoras, instalou um grande sistema armazenador e partiu para a transformação de matérias-primas. Possui um quadro social com 7.568 cooperados (2018), um quadro com 2.471 funcionários (2018), com faturamento anual até 2018 de R\$ 4,3 bilhões de reais. A sede administrativa e o complexo industrial situam-se em Rio Verde, porém, a cooperativa está localizada em mais 14 municípios com lojas agropecuárias, produção de suplementos minerais e unidades armazenadoras (COMIGO, 2018).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os resultados dos índices estudados, os mesmos serão aplicados sobre as demonstrações financeiras da Cooperativa Comigo para que seja verificada a sua situação financeira, comparando os índices obtidos através da análise de três anos consecutivos (2017 2018 e 2019). Assim será possível efetuar um comparativo

entre os mesmos, gerando informações que contribuam para melhorias na empresa. Os dados apresentados em seguida, são dados reais fornecidos pela própria empresa.

Balço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017 a 2019

	2019	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE	1.891.796.751,23	1.533.627.207,08	1.636.409.735,93
DISPONIBILIDADES	832.397.033,89	689.190.064,40	691.276.979,63
Caixa	872.896,19	2.249.114,23	1.796.155,10
Bancos c/Movimento	60.452.459,67	103.392.444,61	10.592.740,79
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	771.071.678,03	583.548.505,56	678.888.083,74
CRÉDITOS	438.338.786,90	413.410.529,39	445.061.733,16
Créditos com Associados	325.137.876,84	264.830.285,07	245.003.602,04
Créditos com Terceiros	30.484.628,58	79.997.685,99	153.678.882,27
Adiantamentos	70.316.868,13	55.695.703,23	29.278.120,34
Impostos a Recuperar	11.819.267,40	12.662.280,45	16.877.794,15
Cheques Programados	580.145,95	224.574,65	223.334,36
ESTOQUES	615.343.974,48	427.303.091,38	492.222.348,75
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	5.716.955,96	3.723.521,91	7.848.674,39
Seguros a Apropriar	3.760.240,20	3.592.374,39	2601228,89
Despesas Financeiras	1.956.715,76	131.147,52	5.247.445,50
NÃO CIRCULANTE	969.700.635,90	821.708.215,66	743.963.116,34
Créditos com Associados	36.600.836,84	25.063.175,27	21843129,65
Créditos com Terceiros	26.169.459,05	563.012,97	1.730.918,62
Bens Destinados à Venda	3.707.550,35	3.590.550,35	3.590.550,35
Investimentos	11.878.669,30	10.992.214,39	10.728.071,47
Imobilizado	891.344.120,36	781.499.262,68	706.070.446,25
TOTAL DO ATIVO	2.861.497.387,13	2.355.335.422,74	2.380.372.852,27

	2019	2018	2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	939.121.817,50	591.548.330,98	729.698.413,66
Fornecedores Prod.Fornec./Revenda	351.392.072,78	261.381.291,48	427.189.787,89
Contas a Pagar	18.201.013,89	19.872.659,46	16.664.945,34
Obrigações Trabalhistas e Sociais	32.631.987,86	33.494.934,43	27.527.869,32
Impostos e Taxas a Recolher	1.280.510,99	1.307.209,79	1.530.262,80
Encargos Retidos	489.049,95	396.624,72	809.394,76
Capital a Restituir	40.748.749,19	50.047.093,28	41.834.859,38
Financiamentos	494.378.432,84	225.048.517,82	214.141.294,17
NÃO CIRCULANTE	333.423.533,10	243.295.549,63	190.756.887,70
Capital a Restituir	38.270.351,72	44.269.767,27	37.460.520,85
Financiamentos	281.083.425,08	199.025.782,36	153.296.366,85
Contingências Fiscais	14.069.756,30	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.588.952.036,53	1.520.491.542,13	1.459.917.550,91
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	1.032.399.080,28	977.357.718,44	954.889.535,59
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	76.684.216,51	81.138.835,51	85.653.026,51
RESERVAS	479.868.739,74	461.994.988,18	419.374.988,81
Reservas de Sobras	479.868.739,74	461.994.988,18	419.374.988,81
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.861.497.387,13	2.355.335.422,74	2.380.372.852,27

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Índice	2017	2018	2019
Liquidez Corrente	2,24	2,59	2,01
Liquidez Seca	1,57	1,87	1,36
Liquidez Geral	1,80	1,87	1,54

Liquidez Corrente

Considerando os dados publicados, o índice de liquidez corrente diante de suas obrigações à curto prazo, apresentando situação favorável a liquidação das mesmas. No ano de 2018 apresentou um aumento, logo em 2019 houve um declínio desses valores.

O ativo circulante do ano de 2019 teve um aumento significativo, porém, as suas dívidas em curto prazo também teve um crescimento, isso se deu pelo aumento dos financiamentos que neste ano foi muito grande comparado ao ano base (2017). Em 2019 a cooperativa possui R\$ 2,01 para cada R\$ 1,00 devido em curto prazo.

Liquidez Seca

Analisando o índice de liquidez seca, a cooperativa paga suas dívidas de curto prazo com tranquilidade, isso mesmo sem depender da venda de seus estoques. Sendo, que para cada R\$1,00 de dívida, possui R\$1,36 para cumprir suas obrigações.

Liquidez Geral

A capacidade financeira da Cooperativa Comigo em cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo é considerado aceitável, pois a cada ano os valores estão iguais ou maiores que um.

No entanto, fazendo um comparativo ao ano base analisado (2017), nota-se uma redução nos anos subsequentes. Em 2019, para cada R\$1,00 devedor, a empresa possui aproximadamente R\$1,54 para pagar.

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Índices	2017		2018		2019	
Composição do Endividamento	0,79	79,2%	0,70	70,85%	0,73	73,8%
Grau de Endividamento	0,38	38,67%	0,35	35,44%	0,44	44,47%

Composição do endividamento

As obrigações da Cooperativa tem por maioria o vencimento a curto prazo, e este teve um descaimento, passando de 79,2% em 2017 para 73,8% em 2019. Apesar da queda entre esses anos, houve um pequeno aumento entre o ano de 2018 e 2019.

Grau de Endividamento

A saúde financeira da empresa é representada pelo grau de endividamento que representa a relação entre o capital de terceiros e o capital próprio da empresa. Com relação aos dados apresentados, observou-se que houve um aumento significativo fazendo uma comparação do ano de 2019 com 44,47% e o

ano base 2017 com 38,67%. Mesmo com esta alta não houve prejuízos nos resultados finais da empresa obtidos.

DRE por unidade estratégica de negócios encerrada em 31 de dezembro de 2017 a 2019.

UNIDADE ESTRATÉGICA DE NEGÓCIOS	INGRESSOS E RECEITAS OPERAC. BRUTOS	(-) ABATIMENTOS DOS INGRESSOS E RECEITAS	(-) DISPÊNDIOS/CUSTOS SETORIAIS DIRETOS	INGRES./RECEITAS DISPÊND./DESPESAS OPER. COMPLEMENT.
---------------------------------	-------------------------------------	--	---	--

TOTAIS GERAIS	4.592.001.689,20	-138.660.872,46	-4.002.752.713,42	-334.506.684,88
----------------------	-------------------------	------------------------	--------------------------	------------------------

SOBRAS E RESULTADOS LÍQUIDOS				
ASSOCIADOS	TERCEIROS	LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 31/12/2019	LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 31/12/2018	LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 31/12/2017

113.023.240,42	3.058.178,02	116.081.418,44	143.073.015,91	81.736.394,75
-----------------------	---------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------

SUBTOTAL	113.023.240,42	3.058.178,02	16.081.418,44	143.073.015,91	81.736.394,75
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	17.061.824,99	17.061.824,99	32.022.178,74	70.334.483,67
(-) CUSTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-	-17.723.950,75	-17.723.950,75	-21.214.698,56	-51.937.528,04
SOBRAS E RESULTADOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS	113.023.240,42	23.96.052,26	115.419.292,68	153.880.496,09	100.133.350,38
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO	-	-2.432.054,93	-2.432.054,93	-4.940.043,7	-8.921.448,93
SOBRAS E RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	113.023.240,42	-36.002,67	112.987.237,75	148.940.452,39	91.211.901,45

Analisando as Demonstrações Contábeis, com o comparativo dos três anos subsequentes, percebe-se que mesmo com o declínio da receita do ano de 2018 para 2019 tenha sido significativo, o ano de 2019 continuou com sua receita líquida com maior valor sendo comparado ao ano de 2017, que é o ano base analisado. Demonstrando que mesmo com os altos e baixos a cooperativa continua firme no mercado, conseguindo atender as expectativas dos associados.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho foi realizado em nível introdutório, com o intuito de ressaltar,

a importância da utilização dos índices econômico-financeiros como suporte para administração das empresas, no caso, da Cooperativa Comigo, mostrando para os associados a importância de ter um entendimento mais amplo sobre o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, temas esses abordados. Compreendendo o quanto esse campo é vasto, recomenda-se novos estudos e pesquisas mais avançadas. O agronegócio cresce cada dia mais, colaborando fortemente com a economia do Brasil e mundo, e as cooperativas agroindustriais cresce junto e auxilia de forma benéfica os produtores rurais, sendo eles pequenos, médios ou grandes.

Além de demonstrar a importância da Análise das Demonstrações Contábeis, demonstraram-se também os principais índices utilizados pelos analistas para gerar informações importantes que se tornem ferramentas para os gestores na tomada de decisões.

No estudo de caso proposto na metodologia, foram colocados em prática os índices propostos, verificando e analisando os exercícios da empresa, entendendo que os dados apresentados foram fornecidos pela própria empresa.

REFERÊNCIAS

Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Cooperativismo e Associativismo no Brasil**. Disponível em: bit.ly/2OBIUdZ. Acesso em 24 ago. 2019.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos dos agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos dos agronegócios**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. São Paulo: Atlas, 2011.

CADORE, Gilce. **Análise dos índices financeiros e econômicos de uma importadora de máquinas, para possível investimento.** 2012. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2012.

COMIGO. Disponível em: bit.ly/2pcWGs4. Acesso em 11 nov. 2019.

COOPAGRICOLA. Disponível em: bit.ly/32zcZwR. Acesso em 24 ago. 2019.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras** / Natália Diniz. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

DUARTE, Tânia. **Estrutura e Análise de Balanço** / Tânia Duarte. Cuiabá – MT: Rede e-Tec Brasil, 2015.

ENDE, Marta Von. **Gestão financeira em cooperativas** / Marta Von Ende. – Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico: Rede e-Tec Brasil, 2015.

EXAME – Revista Exame Abril, Publicado em 28 set. 2017. Disponível: bit.ly/2qkQA9b.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. Agronegócios / Cadernos FGV Projetos. – Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FLEURY, Paulo Fernando. FIGUEIREDO, Peter Wanke. Kleber Fossati **Logística Empresarial: a Perspectiva Brasileira.** Ed.: Atlas 2006.

Gabriel, Fabiano; Assaf Neto, Alexandre; Corrar, Luiz - Revista de Administração-RAUSP - **O impacto do fim da correção monetária no retorno sobre o patrimônio líquido dos bancos no Brasil.** São Paulo, v.40, n.1, jan./fev./mar. 2005.

GARRISON, R. H.; NOREEN, E. W.; BREWER, P. C. **Contabilidade gerencial.** Tradução e revisão técnica de Antônio Zoratto Sanvicente. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GIL, Antônio Carlos, **1946- Como elaborar projetos de pesquisa.** Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 10. Ed. São Paulo: Pearson, 2008.

<http://www.cvm.gov.br/legislacao/leis-decretos/lei6404.html>

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/passivo-nao-circulante.htm>

KRUEGER, Guilherme. Ato Cooperativo/Guilherme Krueger, coordenador. – Belo Horizonte: **Mandamentos**, 2004.

KUHN, Ivo Ney. **Análise financeira** / Ivo Ney Kuhn, Amauri Luís Lampert. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. (Coleção educação à distância. Série livro texto).

KUHN, Ivo Ney. **Gestão financeira** / Ivo Ney Kuhn. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. (Coleção educação à distância. Série livro-texto).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. Legislação Cooperativista. Edição atualizada, Curitiba: Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR. 2019. p. 17. Disponível: <http://bit.ly/33he1ie>.

LUNELLI, Ronaldo Luiz. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Curitiba: Caderno de Negócios, 2018.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. - 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade básica** / Jose Carlos Marion. -10. ed. - 2. reimp. - São Paulo: Adas, 2009.

MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para nível de graduação**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MIRANDA, L. C.; MEIRA, J. M.; WANDERLEY, C. A.; SILVA, A. C. M. **Indicadores de Desempenho Empresarial divulgados por empresas Norte Americanas**. Contabilidade Vista e Revista, v.14, n. 2.

OLIVIERA, Deyvison de Lima. **O48 Contabilidade rural**: uma abordagem do agronegócio dentro da porteira com exercícios práticos e materiais de apoio ao professor – de acordo com o CPC 29 (IAS 41)./ Deyvison de Lima Oliveira, Gessy Dhein Oliveira. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2017. Disponível: <http://bit.ly/2WKzEVT>.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2000.

PERES JÚNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antônio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Pedro. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas** / Pedro Ramos... [et al.]. Brasília: MDA, 2007. Disponível: <http://bit.ly/2PSCCPB>.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

Revista Base (Administração e Contabilidade) da Unisinos - **ANÁLISE DINÂMICA E O FINANCIAMENTO DAS NECESSIDADES DE CAPITAL DE GIRO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS LOCALIZADAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, PB: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**. - vol. 3, núm. 2, maio-agosto, 2006. Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil.

RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Contabilidade ambiental**. 2 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, M. C.S; VIEIRA, R. H. P. **Análise das Demonstrações Financeiras através de Índices Financeiros**. Veredas Favip, Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 50-60, jan./jun. 2005.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Matemática básica e financeira / Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. – Brasília: SENAR, 2015. Disponível: bit.ly/2NMSYh5.

SESCOOP/GO. **Ramos do Cooperativismo**. Disponível em: <http://bit.ly/2oP2IEo>. Acesso em: 05, de novembro de 2019.

SILVA, Alexandre Alcântara da. **Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 229 p.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Jose Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOBER. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.